

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.191.102 - SP (2017/0272033-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A
ADVOGADOS : FERNANDO HENRIQUE CASSARO - SP307280
ANDREIA ELISABETE MARQUES E OUTRO(S) - SP313023
MARIA FERNANDA DI DONATO ROSIN - SP195581
AGRAVADO : NELSON AUGUSTO RODRIGUES FILHO
AGRAVADO : IZILDA PASCHOIM LEITE RODRIGUES
ADVOGADOS : CLÓVIS ALBERTO VOLPE FILHO E OUTRO(S) - SP225214
LUCAS PEREIRA ARAUJO - SP347021

DECISÃO

Trata-se de agravo (artigo 1042 do NCPC), interposto por PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A, em face da decisão que deixou de admitir recurso especial, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, pelos seguintes fundamentos: (i) não houve demonstração das vulnerações legais suscitadas (Súmula 284/STF); (ii) incidência da Súmula 7/STJ, e (iii) ausência de cotejo analítico (fls. 624/626, e-STJ).

Daí o presente agravo (fls. 629/654, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 657/676 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece conhecimento, por violação ao princípio da dialeticidade.

1. Com efeito, no que tange à incidência da Súmula 7 do STJ, verifica-se, de plano, que tal óbice não foi sequer mencionado nas razões do agravo.

Como é cediço, a falta de ataque específico aos fundamentos da decisão agravada encontra óbice na Súmula 182/STJ e no artigo 932, III, do NCPC:

Art. 932. **Incumbe ao relator:**

(...)

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou **que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;**
(grifos acrescidos)

Conforme já decidiu o STJ, "*à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar todos os fundamentos suficientes para manter o acórdão recorrido, de maneira a **demonstrar** que o julgamento proferido pelo Tribunal de origem merece ser modificado, ou seja, **não basta** que faça **alegações genéricas** em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge*" (AgRg no Ag 1.056.913/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 26.11.2008 - grifos nossos).

Nesse sentido: AgInt no AREsp 960.836/PA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 09/12/2016; AgInt no AREsp 862.831/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA,

Documento: 103932527

Página 1 de 2

Superior Tribunal de Justiça

julgado em 17/11/2016, DJe 28/11/2016; AgInt no AREsp 236.698/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 17/11/2016.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932, III, do NCPC e na Súmula 182/STJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator